



AGENDA LEGISLATIVA

11 A 15 DE DEZEMBRO DE 2023

CONGRESSO NACIONAL

PLEN – PLENÁRIO

Quinta-feira (14/12)

VET 46/2021 - Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 2.108, de 2021 (nº 2.462/1991, na Câmara dos Deputados), que "Acrescenta o Título XII na Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), relativo aos crimes contra o Estado Democrático de Direito; e revoga a Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983 (Lei de Segurança Nacional), e dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais)".

Explicação: foram vetados 5 trechos, entre eles o Art. 359-O, que proíbe a divulgação de notícias falsas (comunicação enganosa em massa).

Autor: Presidente da República Presidência da República

VET 3/2023 - Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 4.513, de 2020, que "Institui a Política Nacional de Educação Digital e altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 9.448, de 14 de março de 1997, 10.260, de 12 de julho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003".

Explicação: O veto em questão retira do texto, entre outros, o parágrafo que incluía a educação digital, com foco no letramento digital e no ensino de computação, programação, robótica e outras competências digitais, como componente curricular do ensino fundamental e do ensino médio.

Autor: Presidente da República Presidência da República

VET 5/2023 - Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 32, de 2022, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2023". Item nº 13

Explicação: o veto incide sobre o trecho que trata das programações referentes à despesas incluídas em decorrência da ampliação de dotações orçamentárias sujeitas ao teto de gastos, promovida pela EC 126/2022. Desse modo, o Executivo decidiu pelo veto em razão da proposição criar o grupo de fonte de recursos que identificaria as despesas sujeitas ao teto que foram ampliadas. Todavia, o grupo de fontes de recursos não possuiria a finalidade de identificação de despesas, uma vez que a fonte é elo entre receita e despesa, e agrupa naturezas de receita com regras de aplicação comum. Com relação à lei orçamentária anual e suas alterações, o grupo de fonte diferencia se são recursos do exercício, de superávit ou ressalvados da Regra de Ouro.

Autor: Presidente da República Presidência da República

VET 17/2023 - Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2023 (oriundo da MPV nº 1.154/2023), que "Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera as Leis nºs 9.984, de 17 de julho de 2000, 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 8.001, de 13 de março de 1990, 14.204, de 16 de setembro de 2021, 11.445, de 5 de janeiro de 2007, 13.334, de 13 de setembro de 2016, 12.897, de 18 de dezembro de 2013, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 9.069, de 29 de junho de 1995, e 10.668, de 14 de maio de 2003; e revoga dispositivos das Leis nºs 13.844, de 18 de junho de 2019, 13.901, de 11 de novembro de 2019, 14.261, de 16 de dezembro de 2021, e as Leis nºs 8.028, de 12 de abril de 1990, e 14.074, de 14 de outubro de 2020".

Explicação: foram vetados os trechos que: (i) listava a coordenação das atividades de inteligência federal entre as competências do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI); (ii) transfere do Ministério dos Povos Indígenas para o Ministério das Cidades a competência de fazer o planejamento, coordenação, execução, monitoramento, supervisão e avaliação das ações referentes ao saneamento e às edificações nos territórios indígenas, observadas as competências do Ministério dos Povos Indígenas; e (iii) transfere do Ministério do Meio Ambiente e Mudança

do Clima para o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional Política Nacional de Recursos Hídricos e Política Nacional de Segurança Hídrica e a gestão dos recursos hídricos.

Autor: Presidente da República
Presidência da República

VET 19/2023 - Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 2.617, de 2023, que "Institui o Programa Escola em Tempo Integral; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e a Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021". Item nº 23.

Autor: Presidência da República

VET 20/2023 - Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 178, de 2021, que "Institui o Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias; e dá outras providências".

Explicação: dentre outros, foram vetados a instituição da Nota Fiscal Brasil Eletrônica (NFB-e), da Declaração Fiscal Digital Brasil (DFDB) e do Registro Cadastral Unificado (RCU), além da ampliação do número de membros participantes do CNSOA.

Autor: Presidência da República

VET 38/2023 - Veto Total aposto ao Projeto de Lei nº 334, de 2023, que "Prorroga até 31 de dezembro de 2027 os prazos de que tratam os arts. 7º e 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e o "caput" do § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e dá outras providências".

Explicação: a matéria prorroga por mais quatro anos a desoneração da folha de pagamentos de 17 setores da economia.

Autor: Presidente da República

PLN 4/2023 - Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências. Item nº 40

Autor: Presidência da República

Relator: Deputado Danilo Forte

Parecer: [Pendente](#)

PLN 28/2023 - Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027. Item nº 48.

Autor: Presidência da República

Relator: Pendente

Parecer: [Pendente](#)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

[Segunda-feira \(4/12\)](#)

CFFC – COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE / Anexo II, Plenário 09, às 10h00

Audiência Pública – Tema: Impacto da Inteligência Artificial nas eleições.

Convidados:

- Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e de Privacidade;
- Empresa Google;
- Empresa Meta;
- José Eduardo Alckmin, Ministro, Tribunal Superior Eleitoral;
- Marcelo Vitorino, Consultor de Marketing Digital;
- OPENAI;
- Rafael Almeida Oliveira Reis, Presidente, Instituto Nacional de Proteção de Dados;
- Rogério Galloro, Diretor-Geral, Tribunal Superior Eleitoral;
- Waldemar Gonçalves Ortunho Júnior, Diretor-Presidente, Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

[Terça-feira \(5/12\)](#)

CPASF - COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA / A Definir, 14h00

PL 3501/2020 - Institui o Auxílio Internet. Item nº 16.

Autor: Felipe Carreras (PSB/PE)

Relator: Flávia Moraes (PDT/GO)

Parecer: pela aprovação, com substitutivo.

CSAUDE - COMISSÃO DE SAÚDE /Anexo II, Plenário 07, 14h00

Reunião Deliberativa - Tema: Deliberação dos relatórios das Subcomissões de Doenças Raras (SUBRARAS) e de Telemedicina, Telessaúde e Saúde Digital (SUBTELE).

CICS - COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS /Anexo II, Plenário 05, 14h30

PLP 35/2023 - Dispõe sobre isenção dos tributos federais compreendidos no Simples Nacional para microempresas com receita bruta anual de até R\$ 96.000,00 Item nº 4.

Autor: José Medeiros (PL/MT)

Relator: Jorge Goetten (PL/SC)

Parecer: Pela aprovação.

PL 905/2020 - Insere dispositivos na Lei nº 13.979 de 06 e fevereiro de 2020 para dispor sobre a suspensão da cobrança dos impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional do Microempreendedor Individual. Item nº 6.

Autor: Rubens Otoni (PT/GO)

Relator: Delegado Ramagem (PL/RJ)

Parecer: Pela rejeição deste, do PL 958/2020, do PL 1775/2020, e do PL 1045/2022, apensados.

CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA / Anexo II, Plenário 01, 14h30

PL 1803/2023 - Altera o parágrafo 1º e acresce o parágrafo 5º ao art. 63 da Lei 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer que a eleição de foro deve guardar pertinência com o domicílio das partes ou com o local da obrigação, bem como que o ajuizamento de ação em juízo aleatório constitui prática abusiva, passível de declinação de competência de ofício. Item nº 48.

Explicação: acresce ao Código de Processo Civil limites à cláusula de eleição de foro, com vistas a coibir a prática abusiva desse direito.

Autor: Rafael Prudente (MDB/DF)

Relator: Erika Kokay (PT/DF)

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa

PLP 145/2021 - Institui o Sistema Eletrônico de Apuração Fiscal – SEAF como formato oficial de apuração e recolhimento de tributos, e dá outras providências. Item nº 53.

Explicação: prevê a unificação das bases das notas fiscais ao consumidor (dos estados) e de serviços (dos municípios) através da criação do SEAF. Sendo assim, a Receita Federal e os municípios teriam que criar um leiaute unificado de transmissão dos dados básicos das NFSe para uma base nacional, que permita o acesso por todos os fiscos.

Autor: Marcelo Ramos (PSD/AM)

Relator: Rubens Pereira Júnior (PT/MA)

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Resultado: Pendente

PL 676/2021 - Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para modificar as regras de reconhecimento de pessoa. Item nº 55.

Explicação: entre outras medidas, determina que quando o reconhecimento for realizado a partir de fotografia, além das cautelas presentes na Lei e as novas propostas no projeto, obriga que: (i) as fotografias apresentadas à pessoa que tiver que fazer o reconhecimento deverão ser encartadas aos autos, em especial aquela da qual resulte o reconhecimento positivo; (ii) tão logo quanto possível, deverá se proceder ao reconhecimento presencial do suspeito; e (iii) não se poderá restringir a apresentação das fotografias somente a retratos de amigos ou associados conhecidos de suspeito já identificado ou de suspeitos de outros crimes semelhantes. No mais, estabelece que não poderá ser proferida sentença condenatória com fundamento apenas no reconhecimento de pessoa feito inicialmente a partir de fotografia

Autor: Marcos do Val

Relator: Chico Alencar (PSOL/RJ)

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e dos Projetos de Lei nºs 6.131/2016, 4.511/2020, 1.527/2021, 3.559/2021, 945/2021, 3.687/2021, 3.714/2021, 7.213/2014 e 604/2021, apensados, com substitutivo.

PEC 221/2019 - Altera o Art. 7º inciso XII da constituição Federal, reduzindo a jornada de trabalho a 36 horas semanais em 10 anos. Item nº 58.

Explicação: reduz de 44 para 36 horas a jornada semanal do trabalhador brasileiro.

Autor: Reginaldo Lopes (PT/MG)

Relator: Tarcísio Motta (PSOL/RJ)

Parecer: pela admissibilidade.

PEC 69/2019 - Acrescenta inciso X ao art. 170 da Constituição Federal para incluir a economia solidária entre os princípios da Ordem Econômica. Item nº 59.

Autor: Jaques Wagner

Relator: José Guimarães (PT/CE)

Parecer: pela admissibilidade.

PL 3446/2015 - Altera a Lei nº 7.827, de 1989, para estabelecer limite mínimo de aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento para as atividades de micro e pequenas empresas. Item nº 61.

Autor: Marcos Abrão (CIDADANIA/GO)

Relator: Helder Salomão (PT/ES)

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda de redação.

CASP - COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO /Anexo II, Plenário 08, 15h00

PLP 79/2022 - Estabelece normas gerais de fiscalização financeira da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dispõe sobre a simetria de que trata o art. 75 da Constituição Federal, e dá outras providências. Item nº 8.

Explicação: padroniza normas gerais sobre a fiscalização financeira da administração pública.

Autor: Fábio Trad (PSD/MS)

Relator: Fernanda Melchionna (PSOL/RS)

Parecer: Pela aprovação deste, com substitutivo.

PLP 101/2022 - Altera a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, para dar transparência à atividade de produção de normas pelos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta. Item nº 9.

Explicação: entre outros, veda a renumeração de atos normativos de qualquer espécie. Além disso, estabelece que os documentos, estudos e pareceres utilizados para justificar as providências de declaração de revogação, supressão de dispositivos inconstitucionais e entre outros devem ser armazenados e permanecer permanentemente à disposição para consulta por qualquer pessoa.

Autor: Adriana Ventura (NOVO/SP)

Relator: Prof. Paulo Fernando (REPUBLICANOS/DF)

Parecer: Pela aprovação.

PL 2857/2022 - Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação - para incluir a obrigatoriedade da divulgação das hospitalidades oferecidas por agentes privados para a participação de agentes públicos em cursos, seminários, congressos e eventos. Item nº 28.

Autor: Adriana Ventura (NOVO/SP)

Relator: Coronel Meira (PL/PE)

Parecer: Pela aprovação.

PL 2413/2023 - Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para ampliar as obrigações de transparência ativa obrigando a adoção de diretrizes reconhecidas para a padronização na disponibilização de dados públicos. Item nº 34.

Explicação: Estabelece que é dever dos órgãos e entidades públicas publicar, em formato aberto, um catálogo atualizado de dados públicos disponíveis, com metadados descritivos claros e padronizados conforme diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Autor: Adriana Ventura (NOVO/SP)

Relator: Prof. Paulo Fernando (REPUBLICANOS/DF)

Parecer: pela aprovação, com substitutivo.

Quarta-feira (6/12)

CFT – COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO / Anexo II, Plenário 04, às 09h00

Audiência Pública – Tema: Regulamentação do mercado de ativos virtuais no Brasil.

Convidados:

- Banco Central do Brasil (Bacen);
- Rodrigo Saraiva Marinho, Secretário Executivo da Frente Parlamentar pelo Livre Mercado (FPLM);
- João Pedro Barroso Do Nascimento, Presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM);
- Bernardo Srur, Diretor da Associação Brasileira de Criptoconomia (ABCripto);
- João Manoel Pinho De Mello, Professor do Insper;
- Fernando Ulrich, Economista;
- Daniel De Paiva Gomes, Advogado;
- Leonardo Palhares, Presidente da Câmara Brasileira de Economia Digital (Câmara-e.net);

CD PL 522/2022 - Modifica a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), a fim de conceituar dado neural e regulamentar a sua proteção. Item nº 26.

Explicação: conceitua dado neural como qualquer informação obtida, direta ou indiretamente, da atividade do sistema nervoso central e cujo acesso é realizado por meio de interfaces cérebro-computador, ou qualquer outra tecnologia, invasivas ou não-invasivas. Ademais, estabelece, entre outros aspectos, que o tratamento de dados neurais deve ser realizado com consentimento do titular ou nas hipóteses em que for indispensável para estudos, proteção da vida, ou tutela de saúde.

Autor: Carlos Henrique Gaguim (UNIÃO/TO)

Relator: Adriano do Baldy (PP/GO)

Parecer: pela aprovação.

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO / Anexo II, Plenário 10, 09h30

PL 2709/2023 - Insere parágrafo no art. 3º da Lei nº 14.533, de 2023, para dispor sobre a disponibilidade de meios e equipamentos para a realização das ações relativas à educação digital nas instituições públicas de educação básica e superior. Item nº 4

Autor: Comissão de Legislação Participativa

Explicação: altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no âmbito do Eixo Educação Digital Escolar para incorporar a incorporação de meios e equipamentos de informática necessários para uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação por docentes e estudantes.

Relator: Prof. Reginaldo Veras - PV/DF

Parecer: pela aprovação.

PL 2482/2023 - Altera a destinação e contribuições aos Fundos que especifica visando à implementação de diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, bem como altera a Lei no 10.052, de 28 de novembro de 2000, e a Lei no 9.998, de 17 de agosto de 2000. Item nº 17.

Explicação: Altera as diretrizes do Funttel para incluir as empresas comerciais da internet de grande porte no rol de contribuintes do fundo

Autor: Da Vitoria PP/ES

Relator: Prof. Reginaldo Veras - PV/DF

Parecer: pela aprovação.

CCTI - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO /Anexo II, Plenário 13, 10h00

PDL 552/2020 - Susta o Decreto nº 10.578, de 15 de dezembro de 2020, que "Dispõe sobre a dissolução societária do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. e a publicização das atividades direcionadas à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação no setor de microeletrônica". Item nº 3.

Autor: André Figueiredo (PDT/CE)

Relator: Marcos Tavares (PDT/RJ)

Parecer: Pela aprovação deste, do PDL 553/2020, do PDL 556/2020, do PDL 557/2020, e do PDL 563/2020, apensados, com substitutivo.

PL 5827/2019 - Altera a Lei nº 8.958, de 1994, para permitir a utilização dos recursos captados por instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica nas finalidades que especifica. Item nº 6.

Explicação: autoriza IFES e ICTs a celebrar convênios e contratos, por prazo determinado, com fundações instituídas com a finalidade de apoiar projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive na gestão administrativa e financeira necessária à execução desses projetos.

Autor: Sanderson (PL/RS)

Relator: Fred Linhares (REPUBLICANOS/DF)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

PL 3615/2021 - Altera a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, para dispor sobre o montante anual das operações com recursos reembolsáveis do FNDCT. Item nº 8.

Explicação: determina que o montante anual das operações não poderá ultrapassar 15% das dotações consignadas na lei orçamentária anual ao FNDCT.

Autor: Nilto Tatto (PT/SP)

Relator: Lucas Ramos (PSB/PE)

Parecer: Pela aprovação deste, do PL 2340/2023, e do PL 3751/2023, apensados, com substitutivo.

PL 1721/2022 - Institui medidas de incentivo à doação e venda de equipamentos de informática usados. Item nº 9.

Explicação: cria mecanismos para incentivar as empresas e as pessoas físicas a venderem ou doarem equipamentos de informática usados. O texto tramita na Câmara dos Deputados. Pessoas físicas ou empresas que venderem os equipamentos com mais de dois anos de uso estarão isentas da responsabilidade sobre a garantia, suporte e descarte do bem. A medida beneficia todas as empresas, exceto as que vendem computadores de forma habitual.

Autor: Carla Zambelli (PL/SP)
Relator: Soraya Santos (PL/RJ)
Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

PL 1831/2022 - Estabelece que cinquenta por cento das receitas patrimoniais decorrente de royalties e da exploração das patentes de propriedade das Instituições Federais de Ensino Superior sejam destinadas para ações de pesquisa e em investimentos na própria instituição detentora da patente. Item nº 10.

Explicação: determina que metade das receitas das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) com royalties e patentes de sua propriedade seja aplicado em pesquisas e em investimentos na própria instituição.

Autor: Zé Vitor (PL/MG)
Relator: Lucas Ramos (PSB/PE)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

PL 2391/2022 - Estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no setor espacial; altera a Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000, para destinar temporariamente recursos ao CT-Espacial. Item nº 11.

Explicação: cria uma série de incentivos para o setor espacial, como: linhas de financiamento do BNDES para área espacial, dando preferência à compra de componentes e equipamentos nacionais utilizados nestas pesquisas; além de determina que 15% da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico, devida pela pessoa jurídica detentora de licença de uso ou adquirente de conhecimentos tecnológicos, deverão ser destinados temporariamente ao CT-Espacial.

Autor: Guiga Peixoto (PSC/SP)
Relator: Cleber Verde (MDB/MA)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

PL 4719/2023 - Dispõe sobre o incentivo ao desenvolvimento de inteligência artificial. Item nº 14.

Explicação: Dentre outros, estabelece que os fundos setoriais nas áreas do Agronegócio, Aeronáutico, Biotecnologia, Energia, Espacial, Hidro, Inovar-Auto e Saúde deverão investir, no mínimo, 10% no desenvolvimento tecnológico em inteligência artificial.

Autor: Dimas Gadelha (PT/RJ)
Relator: Cleber Verde (MDB/MA)

Parecer: Pela aprovação, com emenda.

CDE - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO /Anexo II, Plenário 05, 10h00

PLP 52/2022 - Altera a lei complementar 147 de 7 de agosto de 2014. Item nº 6

Explicação: altera a lei complementar para acrescentar um membro da Confederação Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – COMICRO e um membro da Confederação Nacional das Micro e Pequenas Empresas e dos Empreendedores Individuais – CONAMPE passam a constar como Confederações representativas no Conselho Deliberativo do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE.

Autor: Julio Cesar Ribeiro REP/DF
Relator: Antônia Lúcia - REP/AC

Parecer: pela aprovação.

VTS 1, Luiz Gastão - PSD/CE

PL 554/2022 - Dispõe sobre a concessão de financiamento e de equalização de taxas de juros vinculados à exportação de bens nacionais de alto valor agregado - PROEXALTO, como também a criação do Fundo de Incentivo à Exportação de Bens de Alto Valor Agregado - FIEEXALTO, a criação dos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios de Exportação de Longo Prazo (FICEX-LP) e Fundos de Investimento em Derivativos de Crédito à Exportação de Longo Prazo (FIDEX-LP), por instituições autorizadas pela CVM, e a constituição de Fundos de Investimento em Derivativos de Crédito à Exportação de Longo Prazo (FIDEX-LP) Item nº 11

Explicação: propõe a criação do Proexalto com o objetivo de financiar empresas ligadas a cadeia de produção de bens de alto valor agregado direcionados à exportação.

Autor: Otto Alencar Filho PSD/BA
Relator: deputado Sidney Leite - PSD/AM

Parecer: pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição da Emenda 1 da CDE.

PL 3412/2021 - Institui a Política Nacional de Responsabilidade Econômica de proteção da atividade privada. Item nº 15

Explicação: institui tal política, com as seguintes diretrizes: i) a proteção à livre iniciativa e ao livre exercício de atividade econômica; ii) a aplicação e o respeito ao direito civil, tributário, empresarial, econômico, ambiental e do trabalho nas relações público/privado encontradas no âmbito legal e no ordenamento jurídico; iii) considerar como atribuição obrigatória da iniciativa privada, perante a sociedade, o pagamento dos tributos e contribuições estabelecidos por lei, para cada setor empresarial brasileiro; iv) a adequação da ação governamental às peculiaridades e diversidades regionais; v) a articulação e colaboração entre os entes públicos federais, estaduais e municipais e o setor privado; vi) o estímulo a iniciativa privada e suas economias locais, com redução das interferências públicas na gestão econômica do ente privado; e vii) a

valorização do empreendedorismo, do crescimento econômico privado, da geração de riquezas e da criação de novos postos de trabalho.

Autor: Marcelo Ramos PL/AM

Relator: Luiz Gastão - PSD/CE

Parecer: pela aprovação, com substitutivo.

CFT - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO / Anexo II, Plenário 04, 10h30

PL 798/2021 - Concede novo prazo para adesão ao Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) e dispõe sobre a interpretação do § 12 do art. 4º da Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016. Item nº 2.

Autor: Rodrigo Pacheco

Relator: Paulo Guedes (PT/MG)

Parecer: Pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com emendas.

PL 4512/2020 - Altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, para dispor sobre medidas de proteção à concorrência, à inclusão financeira, à inovação e à diversidade dos modelos de negócios das instituições de pagamento e dos arranjos de pagamento Item nº 4.

Explicação: propõe que sejam estabelecidas regras acerca do mercado de pagamentos brasileiro, incluindo a segregação de funções desempenhadas pelo Banco Central, em consonância com princípios constitucionais da administração pública, cujos pressupostos também se correlacionam com os direitos e garantias fundamentais, visando segurança jurídica aos operadores e usuários finais do setor de pagamentos.

Autor: Gastão Vieira (PROS/MA)

Relator: Gilberto Abramo (REPUBLICANOS/MG)

Parecer: Pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 4.512/2020, e da Emenda apresentada na Comissão de Finanças e Tributação; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 4.512/2020, e da Emenda apresentada na CFT, com substitutivo.

PL 486/2019 - Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins para aquisições de equipamentos de informática por famílias de baixa renda inscritos no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), de que trata a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Item nº 7.

Autor: Capitão Wagner (UNIÃO/CE)

Relator: Ricardo Abrão (UNIÃO/RJ)

Parecer: Pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.

CESPO - COMISSÃO DO ESPORTE / Anexo II, Plenário 04, 13h00

PL 2745/2023 - Institui obrigatoriedade a todos os estádios de futebol, ginásios, arenas e demais locais de competições de esportes profissionais, credenciados para realização de jogos/competições oficiais a implementação de tecnologia de câmeras e sistemas de videomonitoramento com reconhecimento facial ou não. Item nº 5.

Autor: Rodrigo Gambale (PODE/SP)

Relator: Nely Aquino (PODE/MG)

Parecer: Pela aprovação deste, com substitutivo.

CCOM - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO / Anexo II, Plenário 11, 14h00

PL 1799/2021 - Altera a Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021, para incentivar a afixação, em vias e locais públicos, de QR Codes para acesso à prestação digital dos serviços públicos. Item nº 34.

Explicação: institui que acesso à prestação digital dos serviços públicos será realizado, preferencialmente, por meio do autosserviço, de modo que nos locais de atendimento presencial, deverá estar afixado em local acessível e visível, o QR Code com o endereço eletrônico do órgão onde poderão ser acessados serviços e informações. Além disso, também serão afixados QR Code nas vias públicas e em locais de grande circulação de pessoas, escolhidos por meio da participação popular.

Autor: Tito AVANTE/BA

Relator: Jadyel Alencar - PV/PI

Parecer: pela aprovação.

CCOM – COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO / Anexo II, Plenário 11, às 15h00

Audiência Pública – Finalidade: Proteção de dados e publicidade digital para crianças e adolescentes.

Convidados:

- Alessandro Vieira, Senador, Senado Federal;
- Ana Bialer, Coordenadora do Grupo de Trabalho de Privacidade e Proteção de Dados, Camara-e.net;
- Bianca Orrico, Safernet Brasil;
- Emanuella Halfeld, Analista de Relações Governamentais, Instituto Alana;
- Estela Aranha, Secretária de Direitos Digitais, Ministério da Justiça e Segurança Pública;
- Patrícia Peck, Coordenadora, Conselho Nacional de Proteção de Dados (CNPd); e
- Waldemar Gonçalves Ortunho Júnior, Presidente, Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Quinta-feira (7/12)

CDE – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO / Anexo II, Plenário 05, às 10h00

Audiência Pública – Tema: Licenciamento ambiental para exploração de atividades econômicas.

Convidados:

- Ministério da Indústria, Comércio e Serviços;
- Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima;
- Ministério de Minas e Energia;
- PETROBRAS; e
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

CFFC – COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE / Anexo II, Plenário 09, às 10h00

Audiência Pública – Tema: Impacto da Inteligência Artificial nas eleições.

Convidados:

- Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e de Privacidade;
- Empresa Google;
- Empresa Meta;
- José Eduardo Alckmin, Ministro, Tribunal Superior Eleitoral;
- Marcelo Vitorino, Consultor de Marketing Digital;
- OPENAI;
- Rafael Almeida Oliveira Reis, Presidente, Instituto Nacional de Proteção de Dados;
- Rogério Galloro, Diretor-Geral, Tribunal Superior Eleitoral;
- Waldemar Gonçalves Ortunho Júnior, Diretor-Presidente, Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

SENADO FEDERAL

PLEN – PLENÁRIO / Plenário do Senado Federal

Quarta-feira (6/12), 14h00

Sessão Plenária - Destinada à deliberação de autoridades.

Segunda-feira (11/12)

CE – Comissão de Educação e Cultura / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, às 14h00

Reunião Extraordinária – Finalidade: Instruir o PL 2796/2021, que “cria o marco legal para a indústria de jogos eletrônicos e para os jogos de fantasia”.

Convidados:

- Sr. Alex Braga Muniz, Diretor-Presidente da Agência Nacional do Cinema (ANCINE);
- Sra. Raquel Gontijo, Gerente de Relações Institucionais da Associação Brasileira das Desenvolvedoras de Games (ABRAGAMES);
- Sra. Emanuella Hafeld, Instituto Alana;
- Sr. Gilson Schwartz, Presidente da Games For Change América Latina e Professor da Universidade de São Paulo (USP);
- Sra. Rejane Penna Rodrigues, Diretora de Esporte Amador, Lazer e Inclusão Social do Ministério do Esporte (DEALIS/MESP);
- Sr. Rafael Marchetti Marcondes, Presidente da Associação Brasileira de Fantasy Sports (ABFS); e
- Sr. Márcio Filho, Presidente da Associação de Desenvolvedores de Jogos Digitais do Estado do Rio de Janeiro.

Terça-feira (12/12)

CDR - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, 09h30

PL 2592/2023 - Altera a Lei no 7.827, de 27 de setembro de 1989, que institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, para estabelecer que 25% (vinte e cinco por cento) dos recursos relativos a operações de crédito dos fundos constitucionais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste serão direcionados a pequenas e microempresas. Item nº 4.

Explicação: reserva o equivalente a 25% dos recursos disponíveis a linhas de crédito voltadas exclusivamente a MPES

Autor: Jayme Campos (UNIÃO/MT)

Relator: Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Parecer: Favorável, com emenda.

CTIADMTR- COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA PARA EXAMINAR OS ANTEPROJETOS APRESENTADOS NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE JURISTAS / Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, às 14h30

Reunião – Finalidade: Apresentação do Plano de Trabalho pelo relator, senador Efraim Filho.

Quarta-feira (13/12)

CCJ – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, 9h00

MSF 88/2023 - Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “a”, e do art. 101, parágrafo único, da Constituição, o nome do Senhor Flávio Dino de Castro e Costa, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria da Ministra Rosa Maria Pires Weber. Item nº 1

Autor: Presidência da República

Relator: Senador Weverton - PDT/MA

Parecer: Favorável, pronto para deliberação.

MSF 89/2023 - Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea “e”, e do art. 128, § 1º, da Constituição, o nome do Senhor Paulo Gustavo Gonet Branco, para exercer o cargo de Procurador Geral da República, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Antônio Augusto Brandão de Aras. Item nº 2

Autor: Presidência da República

Relator: Senador Jaques Wagner - PT/BA

Parecer: Favorável, pronto para deliberação.